

PARLAMENTO EUROPEU



EDIÇÃO ESPECIAL

CONSELHO EUROPEU
22 e 23 de Março 2005
Bruxelas

DISCURSO DO PRESIDENTE JOSEP BORRELL FONTELLES
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA



01/S-2005

Direcção-Geral da Presidência

(Intranet) <http://www.europarl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2005)
(Internet) <http://www.europarl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2005)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\2005

DISCURSO DO PRESIDENTE

DISCURSO DO PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU AO CONSELHO EUROPEU DE 22 E 23 DE MARÇO DE 2005

Senhoras e Senhores, Membros do Conselho Europeu,

Eis-vos reunidos, hoje e amanhã, para o chamado Conselho Europeu "da Primavera".

É um bom momento para fazer o balanço do que, entre nós, se chama a Estratégia de Lisboa e definir as próximas etapas.

Independentemente dos méritos da Presidência portuguesa que a lançou, devemos, em primeiro lugar, fazer compreender aos nossos concidadãos que, por detrás desta expressão pouco clara, tentamos, colectivamente, recolocar a União Europeia numa sólida posição de competitividade, preservando ao mesmo tempo o modelo social europeu e o ambiente. Os cidadãos devem compreender o sentido da nossa acção, sobretudo agora que se inicia o processo de ratificação da Constituição. Nomeadamente, devem compreender por que razão a dimensão europeia constitui uma vantagem e não um universo de constrangimentos e entraves à sua prosperidade e à solidariedade. Este aspecto terá, aliás, não só de ser explicado, mas também demonstrado.

O Sr. Juncker qualificou de "lamentável" o balanço da Estratégia de Lisboa. Após ter ouvido os representantes dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, reunidos a semana passada em Bruxelas, digamos que muito está ainda por fazer.

Estes objectivos foram definidos pelos quinze Estados-Membros em plena "bolha" da Internet. Eram demasiado numerosos, careciam de precisão; o papel dos actores (União Europeia e Estados-Membros) não estava suficientemente estruturado e às vezes estava-o, inutilmente, em excesso. As perspectivas de crescimento eram excessivamente optimistas. O atraso na concretização dos objectivos e o atraso que temos em relação aos nossos principais parceiros é flagrante, em particular em matéria de emprego e de inovação tecnológica.

Hoje, o contexto económico e político alterou-se. Agora, cabe a 25 Estados-Membros trabalhar em conjunto para relançar a sua acção e reflexão colectivas.

Que contributo pode o Parlamento Europeu dar?

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que, após um trabalho político e de coordenação intenso, para o qual contribuíram todas as comissões parlamentares interessadas, aprovámos em 9 de Março, por ampla maioria, uma resolução que integra as diferentes posições políticas e as preocupações nacionais.

Esta resolução dirige-vos algumas mensagens simples, nomeadamente:

DISCURSO DO PRESIDENTE

- A necessidade de respeitar o equilíbrio entre os três pilares: competitividade, aspectos sociais e ambiente. A este respeito, gostei da imagem que o Sr. Juncker utilizou na reunião interparlamentar que recentemente organizámos: trata-se de um pequeno abeto, não de uma árvore de Natal, do qual pendem várias bolas; se uma de elas cair, todo o abeto fica em desequilíbrio.
- O apoio à noção de planos de acção nacionais da Estratégia de Lisboa, para os quais cada Governo designaria um Ministro responsável pela coordenação. De acordo com a expressão utilizada pelo Sr. Barroso, uma das grandes fraquezas da Estratégia de Lisboa é a "falta de aprovação nacional". Não obstante, importa velar por que o valor acrescentado europeu seja claramente preservado.
- O apelo aos Estados-Membros para que se comprometam a tomar as medidas necessárias para que as despesas de investigação e desenvolvimento atinjam, pelo menos, 3% do rendimento nacional, que os fundos europeus correspondentes sejam duplicados e que seja instaurado um Conselho Europeu da Investigação como comité consultivo independente.
- O apoio à iniciativa europeia para a juventude, proposta por vários Estados-Membros, que se traduz agora num Pacto Europeu para a Juventude.
- Os orçamentos nacionais e europeus, bem como as futuras Perspectivas Financeiras para 2007-2013, devem reflectir os objectivos visados.

Como é do vosso conhecimento, o Parlamento Europeu, enquanto um dos ramos da Autoridade orçamental, atribui muita importância a este último ponto. E não duvido de que os trabalhos em curso na comissão temporária para este assunto, a que tenho a honra de presidir, contribuirão para encontrar uma boa solução no próximo mês de Junho. Permitam-me que vos recorde, a este respeito, que o acordo sobre as Perspectivas Financeiras necessita do consenso entre o Parlamento Europeu e o Conselho. Sem ele, a União Europeia corre o risco de um bloqueio prolongado e da incompreensão crescente dos nossos concidadãos face à discrepância entre as ambições apresentadas e a sua concretização.

Acrescento que, em matéria de ambiente, tencionamos trabalhar convosco sobre a proposta de declaração sobre o desenvolvimento sustentável que deverá ser adoptada no mês de Junho. Desde já nos declaramos muito favoráveis aos objectivos previstos, contidos no projecto de conclusões.

Na semana passada, o Parlamento Europeu organizou uma grande reunião, na qual participaram quase 130 deputados dos 25 Estados-Membros, bem como representantes dos países candidatos. Ao tomar esta iniciativa, considereei que a dimensão interparlamentar poderia contribuir para a nossa reflexão sobre a Estratégia de Lisboa. A reunião foi um grande êxito em termos de participação, mas, sobretudo, senti que havia uma enorme necessidade de informação, bem como uma vontade colectiva de participar muito mais activamente neste processo, em coordenação com os Governos e os parceiros sociais.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Este intenso e rico debate delineou já algumas tendências:

- Um vasto apoio à noção de equilíbrio entre os três pilares, tendo uma minoria de participantes manifestado a sua preferência pelo pilar económico.
- A grande importância dos planos de acção nacionais.
- Apreensões muito profundas a respeito de tudo o que possa favorecer o "dumping" fiscal e social.
- Numerosos deputados estabeleceram uma relação entre a Estratégia de Lisboa, as Perspectivas Financeiras e a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Esta reunião demonstrou ser útil e esperamos que a mesma se repita antes de cada Conselho Europeu da Primavera. Igualmente, contribuiu para sensibilizar os representantes nacionais, juntamente com os seus colegas do Parlamento Europeu, e para dar uma dimensão mais parlamentar à Europa.

O necessário respeito do equilíbrio entre as três dimensões do processo de Lisboa implica opções políticas de grande alcance. Os Parlamentos têm de intervir, dado que são eles quem terá de aprovar e fazer aplicar muitas das reformas necessárias.

Senhoras e Senhores, Membros do Conselho Europeu,

Gostaria de sublinhar que a qualidade da legislação europeia é um elemento indispensável para o sucesso de qualquer estratégia tendente a reforçar a nossa competitividade.

O quadro regulamentar para a economia europeia deve ser compreensível, simples e o menos oneroso possível. Qualquer regulamentação a nível europeu substitui 25 regulamentações nacionais, que constituem um verdadeiro entrave ao bom funcionamento do mercado interno.

Mas as directivas comunitárias também devem ser absolutamente necessárias, sem ser demasiado exaustivas, e ser fielmente transpostas, sem demasiado retoques nacionais que as compliquem. Os seus efeitos deveriam igualmente ser avaliados antes de qualquer tomada de decisão e, depois, ser reexaminados com regularidade. Esta avaliação deveria ser objectiva e as nossas Instituições deveriam adoptar uma metodologia comum neste domínio.

Foi neste sentido que acolhemos a Comunicação apresentada pela Comissão a semana passada sobre "legislar melhor", após um acordo sancionado pelas três Instituições. Cada Instituição deve reconhecer que para lograr uma melhor qualidade da legislação é necessária uma real colaboração entre as três, o que, de momento, está longe de ser um dado garantido.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Aquando da reunião interparlamentar realizada há alguns dias, que contou com a participação dos Srs. Juncker, Barroso e Verheugen, uma questão - que, de resto, está directamente ligada à Estratégia de Lisboa - marcou todos os debates, a saber, a da directiva relativa aos serviços. Permitam-me que lhe dedique algumas palavras. Não se deve esquecer que este texto é uma proposta da Comissão Europeia de 2004 que, em virtude dos Tratados, será examinada e, muito provavelmente, alterada pelo PE e pelo Conselho de Ministros, no âmbito do processo de co-decisão. É, por conseguinte, um texto que não está em vigor.

Surpreende-me a enorme confusão que existe em torno deste texto. De que é que se está a falar exactamente? Se é da liberdade de estabelecimento, a mesma está há muito regulamentada, sem que se aplique o princípio do "país de origem"; se é da liberdade de prestações de serviços, o mínimo que se pode dizer é que o texto não é claro e deixa muitas questões em aberto: a própria Comissão o declarou perante a sessão plenária do Parlamento.

É por conseguinte necessário que todos contribuamos para o esforço de explicação, para evitar sobretudo que metade da Europa tenha o sentimento de se bater contra as tentações proteccionistas da outra metade. Tão-pouco aceitamos que se diga que ser contra este projecto de directiva é ser contra o projecto de Constituição, pois são duas coisas totalmente diferentes.

O debate que acaba de se iniciar no Parlamento Europeu terá uma enorme importância e será um momento forte da democracia parlamentar. Permitirá uma análise detalhada do texto e estou convencido de que as nossas alterações irão no sentido da preservação do modelo social europeu. Há muito que nos exprimimos a favor da realização do mercado interno, mas, simultaneamente, recusamos o dumping social. Tal como se refere na nossa resolução sobre a Estratégia de Lisboa, trata-se de realizar um mercado único dos serviços, no qual prevaleça o equilíbrio entre a abertura dos mercados, os serviços públicos, os direitos sociais e dos consumidores.

A definição deste equilíbrio exigirá arbitragens políticas muito importantes.

O essencial é discutir, em primeiro lugar, dentro de um quadro democrático. O Parlamento Europeu compromete-se a fazê-lo.

Senhoras e Senhores, Membros do Conselho Europeu,

Tomo nota do acordo político a que chegaram os Ministros da Economia e das Finanças sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, mesmo sabendo que o conteúdo deste acordo suscita reacções diversas no seio do Parlamento Europeu. É um sinal que demonstra o respeito dos importantes critérios de base, a que o Parlamento Europeu muita importância atribui. Simultaneamente, porém, mantém um certo grau de flexibilidade que reflecte uma União Europeia onde cada um compreende as preocupações do outro sem prejudicar o conjunto. O Parlamento Europeu, na sua resolução de Fevereiro de 2005, recomendou que o Pacto tenha mais em conta as evoluções económicas. Sem este acordo, a União Europeia estaria perante um impasse.

DISCURSO DO PRESIDENTE

A Estratégia de Lisboa, as Perspectivas Financeiras, o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o projecto de directiva relativa aos serviços são assuntos que preocupam os cidadãos no seu quotidiano. O alargamento também, pelo que importa explicá-lo melhor, para salientar os seus efeitos positivos: o Parlamento prepara-se para votar, em 13 de Abril, sobre o parecer favorável à adesão da Roménia e da Bulgária com todo o cuidado para que este novo alargamento represente progresso político, económico e social para todos. O Parlamento também deseja participar no processo de supervisão que a Comissão levará a cabo até à adesão. Este terá de ser um verdadeiro controlo e não uma mera formalidade.

Agora que o processo da ratificação da Constituição se iniciou em muitos dos nossos países, gostaria que a Europa ajude os nossos concidadãos a projectar um futuro melhor através de um quadro institucional renovado, como é a Constituição, ou mediante a definição de políticas económicas, sociais, ambientais que estejam ao seu serviço.

É essencial que a cooperação entre as três Instituições se desenrole nas melhores condições. O Parlamento acatou a mensagem sobre as linhas directrizes propostas pela Comissão para os próximos cinco anos. A nossa disponibilidade, a que se acrescenta o nosso apoio às propostas relativas à revisão intercalar da Estratégia de Lisboa, demonstra a nossa vontade de favorecer o entendimento interinstitucional mútuo.

Senhoras e Senhores, Membros do Conselho Europeu,

A Presidência luxemburguesa depara-se com uma verdadeira corrida de obstáculos.

O primeiro de entre eles foi superado, graças ao acordo sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Parlamento Europeu está convencido de que o mesmo sentido de responsabilidade e o mesmo espírito de compromisso animarão as vossas deliberações, hoje e amanhã, sobre o relançamento da Estratégia de Lisboa e, em Junho, sobre o financiamento no futuro.

Contamos com esta Presidência para levar a equipa à linha de chegada.